

Educação aos Militares após a Ditadura¹

TANIA REGINA PIRES DE GODOY²

Email: taniagodoy@globomail.com

*Nos quartéis lhes ensinam
(Uma) antiga lição
De morrer pela Pátria
E viver sem razão.* (Geraldo Vandré,
1968 – parênteses meus).

Introdução

Já encerrada a primeira década do século XXI, que apresentou um contexto mundial convulsionado por ataques terroristas megamidiáticos, guerras de intervenção da parte dos Estados Unidos mesmo sem o aval da Organização das Nações Unidas e desastres ambientais ou acidentais humanos, dos quais o Brasil também foi vítima, nos deparamos com uma formação da oficialidade militar pautada nos moldes da guerra de massas total existente e praticada até meados do século XX.

Muito ciosos de suas tradições castrenses, as instituições militares reproduzem um preparo para uma guerra que, mesmo não tendo mudado seus motivos, objetivos e maneiras violentas de impor a vontade perante o inimigo, certamente os incrementos, os meios e até mesmo os T.Os. são bem diversos daqueles das grandes guerras do século XX.

Mas, o mais preocupante de toda esta circunstância em se formar jovens para uma guerra que não há como ocorrer como fora até há 65 anos, no campo político manifestações autoritárias, permeando doutrinas, discursos e orientações recebidas por oficiais militares destinados a educar os jovens cadetes para o exercício futuro de liderança das Forças estão carregados de um vício de linguagem apologética ao intervencionismo militar no governo, que se tornou real historicamente no período do Regime Militar, tema estigmatizado no universo castrense brasileiro, mas que, informalmente, está muito presente a ponto de os jovens discentes, ao discutirem o

¹ Título inequivocamente inspirado no texto “Educação Após Auschwitz”, de Theodor W. Adorno (2003:119-138).

² Doutora em Educação, professora História Militar na Academia da Força Aérea Brasileira e membro do Grupo de Pesquisa “Educação e Formação Superior Militar” da Divisão de Ensino, AFA.

assunto e buscar justificativas colocarem-se como um partícipe daquele período, circunstância impossível pela idade deles.

Vivenciando aqui e ali momentos da presença do discurso autoritário militar, até nas justificativas organizacionais – “como militares temos de tomar certas medidas administrativas em nome da instituição” -, dando a entender que há uma lógica ética e funcional peculiar em relação ao servidor civil e ao todo societário, este artigo levanta uma reflexão bastante preocupante, sendo a autora docente civil na instituição de formação da oficialidade da Força Aérea Brasileira, acerca do quanto ainda estão presentes maneiras de pensar e agir nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional, na concepção da instituição militar estar acima e além e não inserida e subordinada, a serviço da sociedade e seu desempenho ser previsto constitucionalmente.

Assim, como elemento norteador e provocador de minha reflexão, nada melhor que fazer um contraponto à luz do pensador Adorno acerca da necessidade imprescindível de se educar para evitar o mal que a humanidade já foi capaz de realizar – em nosso caso, o regime de exceção do período de governo dos militares no Brasil, entre 1964 e 1985, e para superar o discurso do autoritarismo necessário para formar militares ao exercício do sistema de defesa nacional da atualidade e do devir.

Apondo, neste artigo, dois aspectos bem claros diante desta reflexão aqui apresentada: o primeiro deles é o de que, apesar de ser estudiosa da educação castrense de formação da liderança militar brasileira, tratarei das percepções e do convívio cotidiano que possuo dentro da Academia da Força Aérea (AFA), não generalizando, portanto, esta análise em aplicação à realidade pedagógica existente na Escola Naval (EN) e na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O segundo aspecto diz respeito à minha inteira responsabilidade quanto às inferências contidas neste artigo acerca desta vivência profissional, não representando, em nenhum momento, pareceres dos profissionais civis e militares que atuam no universo educacional do Comando da Aeronáutica e, para tal conclamo o Art. 5º da Constituição de 1988, Inciso IX: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença” (PINTO et al, 2006: 08).

Palavras-chave: Brasil, educação castrense, doutrina militar, identidade militar.

1. A linguagem nada subliminar do autoritarismo na educação militar

A compreensão de educação que permeia este trabalho e que é atividade profissional da autora é a de formar comportamentos e divulgar conhecimento com propósitos deliberados social e politicamente, de acordo com o universo de inserção da Escola. Sendo a formação da oficialidade militar brasileira um curso de nível superior para o exercício de uma profissão bastante peculiar, porque está pautada na ação política do braço armado do Estado – formação de recursos humanos que se ocuparão, em circunstâncias de conflitos ou crises gerais, previstas na Carta Magna em vigência, usando o recurso da violência para atuar segundo as necessidades e interesses da soberania nacional – seus objetivos educacionais, propósitos e ambiente pedagógico são deliberados e previstos legalmente no escopo da legislação em vigor do Comando da Aeronáutica (BRASIL-DEPENS, 2009).

A peculiaridade desta profissão está calcada na prática de treinamento e aquisição de um conhecimento que delegue subsídios para a prática do sistema de defesa nacional, atualmente prevista como política de Estado tanto na Lei de Defesa Nacional de 2005, na Doutrina Aeroespacial da Força Aérea Brasileira de 2005 e na Estratégia Nacional de Defesa, de 2008. E o papel legal e legitimado das Forças Armadas brasileiras é o de exercer a violência controlada em nome dos interesses deste Estado. Assim, praticando um aprendizado sempre inspirado e auxiliado no estudo da guerra em História, mantém-se uma sistemática de treinamento e formação de comportamentos que se intitulam tradicionais no universo castrense – o que significa afirmar serem necessários, pouco mutáveis e não passíveis de análises críticas.

Como exemplo desta prática, a Doutrina Aeroespacial da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1/2005) assim define “*Doctrina*”: *conjunto de princípios que, sem desconhecer os aspectos subjetivos da decisão e sem desvalorizar a força da criatividade, procura orientar a ação* (BRASIL-COMAer, 2005: 09). Estes princípios, baseados nos aprendizados contidos nas experiências extraídas da História Militar de várias nações, em vários períodos e também das experiências nacionais formam o escopo educacional para se buscar o forjar de uma personalidade profissional para o desempenho como militar em geral e como futuro oficial em particular ao ensinado na

AFA, orientando o comportamento que se deseja imprimir para o exercício de sua atividade fim.

Mesmo preconizando na DCA 1-1 a necessidade de se dinamizar as doutrinas de acordo com os avanços tecnológicos e com a realidade atual e futura, a AFA ensina, nas “Orientações Doutrinárias” e nas reuniões dirigidas pelo Comandante de Esquadrão ou do Corpo de Cadetes, além das orientações de líderes de esquadrilha nos pernoites, um aprendizado que reproduz aspectos bem tradicionais e conservadores da educação, baseados no educar pela coerção, pelo exemplo e pela subordinação inquestionável ao seu superior³.

É aspecto marcante da formação do profissional militar em geral seu apreço aos denominados “pilares do militarismo”: a hierarquia e a disciplina. Também ainda marcantes são as práticas de instrução e treinamento constituídas sob influência dos princípios da Academia Militar alemã até 1914, da Missão Militar Francesa no Brasil dos anos 1920 a 1938, que imprimiu os fundamentos organizacionais do Exército e da Escola de Aviação Militar, tornando-se posteriormente pedra angular da Força Aérea Brasileira. E dos treinamentos recebidos pela FAB junto aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, que certamente guarda até os dias de hoje forte presença do que foi transmitido para o efetivo do Grupo de Caça e do de Observação Aérea, lutando ao lado dos militares norte-americanos do V Exército na Itália, entre 1944 e 1945 (BASTOS FILHO, 1983: 135-140 e LAVENÉRE-WANDERLEY, 1975: 219-230)⁴.

É quase senso comum que o respeito à hierarquia e a prática da disciplina na formação dos militares estão baseados nas experiências das guerras ocorridas, principalmente as duas grandes guerras do século XX, mas anterior a esses grandes eventos, que empregaram um número massivo de soldados em sangrentas batalhas, na presença real do cidadão transformado em soldado para defender os interesses de sua Pátria e que, para se manter um controle mínimo do elevado número de homens num

³ Estes elementos educacionais são praticados nas três Escolas de formação de oficiais brasileiros, nas Escolas de formação dos quadros complementares de oficiais e são a base da instrução e treinamento desde os recrutas até graduados e praças engajados, descritos em seus Manuais de treinamento militar, documentos doutrinários existentes em todos os Centros de Instrução e nas Escolas (LUDWIG, 1992 e OLIVEIRA, 2004).

⁴ Em CASTRO encontramos que toda estrutura da Escola do Exército, posteriormente copiada pela da Aeronáutica, com a Reforma de José Pessoa foi baseada nos fundamentos da Escola Militar Francesa para o Brasil (2002: 39).

ambiente incerto, nebuloso, violento e perigoso, a maneira mais bem-sucedida foi a do respeito às ordens emanadas pelos superiores, no cumprimento de suas missões de batalha sem questionamentos ou críticas e de maneira automatizada.

No entanto, podemos afirmar que estas práticas no sentido educativo, mesmo para o treinamento de praças estariam equivocadas no mundo de hoje, pautado por um universo veloz de mudanças e de informações, com uma tecnologia efusivamente avançada, obsoletiza-se com a mesma velocidade em que se apresenta e, portanto, impossibilita as circunstâncias de uma guerra total e do emprego de centenas de milhares de militares para guerrear em nome da defesa dos interesses nacionais. Também não é a realidade pressuposta para o Brasil, já que, mesmo defendendo a necessidade de forças armadas bem aparelhadas e preparadas para a defesa da soberania brasileira, de sua territorialidade e recursos e de seu povo, as possibilidades de crise e conflitos com o emprego dos militares para a defesa nacional não caberiam em teatros aos moldes das grandes guerras do século XX. Quanto às relações interpessoais, as sociedades atuais são muito diferentes das que propuseram princípios hierárquicos inquestionáveis; a cooperação coordenada torna-se hoje mais bem sucedida diante dos novos arranjos produtivos, sociais e tecnológicos do que a determinação autoritária de ordens a serem cumpridas categoricamente.

No caso da formação da oficialidade das Forças Singulares treiná-los para a pronta resposta, criando situações educativas cotidianas nos quatro anos em que passam na Academia para se formarem como líderes na insistência de se praticar a obediência, a coerção, o educar pelo “medo”, no jargão militar “somente a violência gera compreensão”, está ainda mais equivocado, pois o líder é aquele que deve tomar decisões a partir de circunstâncias inusitadas, coordenar os trabalhos para a execução da missão e assumir as responsabilidades pelos acontecimentos, com iniciativa e criatividade, aspectos que são despertados num universo educacional instigante, problematizado e crítico. A reprodução de ordens, sem denotar um sentido para sua execução, e o treinamento baseado nos discursos doutrinários e nas ações autoritárias dos militares mais antigos em nada possibilita o despertar dos atributos necessários ao desempenho da função de um líder – preconizado até mesmo em seus objetivos educacionais gerais e na própria DCA 1-1:

3.13.2 O processo de formação e escolha de comandantes operacionais constitui um dos pontos mais sensíveis para o sucesso de uma força militar. A liderança é essencial ao combate. No entanto o combatente moderno tem sua confiança dividida entre o engenheiro que projetou sua arma e o comandante que determinou seu emprego. O combatente moderno deseja líderes que não apenas determinem o emprego, mas que compartilhem as incertezas técnicas, que demonstrem mais inteligência que ímpeto, melhores resultados com menores baixas e, sobretudo, que saibam obter vantagens em situações desfavoráveis. (BRASIL-COMAer, 2005: 19).

Se na própria doutrina prevê-se que a liderança, essencial no combate, deve apresentar atributos baseados no conhecimento técnico-científico e seus aspectos constitutivos pautados na inteligência e na criatividade para contornar realidades adversas, como manter ambientes de formação de carreira, mesmo que para os oficiais subalternos, mantendo-se características autoritárias que cerceiam o desenvolvimento da iniciativa, criatividade e exercício constante do intelecto de seus discentes? Temos presente, aqui, um paradoxo entre o preconizado pelos objetivos pedagógicos castrenses e suas práticas educacionais cotidianas.

2. O discurso autoritário como formador de jovens oficiais para a prática autoritária

A educação tradicional realizada na AFA tem como um dos preceitos a transmissão de valores morais e a compreensão de que o treinamento militar possibilita a constituição de um profissional exemplar e peculiar em comparação com os outros profissionais da sociedade. No projeto educacional do Corpo de Cadetes da Aeronáutica denominado “Programa de Formação de Valores” é divulgada uma série preceitos, calcados no pensamento autoritário militar, constituído ao longo do período republicano desde os anos 1920, que tomou o governo da nação e liderou suas Forças Singulares no período da ditadura, baseado no princípio da instituição militar atuando enquanto “poder moderador” no Brasil, na existência equivocada de um “inimigo interno”, consolidado pela “Doutrina de Segurança Nacional” e do entendimento institucional de que os militares são os detentores de altos valores morais, são ilibados, incorruptíveis, honestos e possuem o monopólio do sentimento e da prática do patriotismo no Brasil⁵.

⁵ Estas afirmações estão baseadas nas obras de Edmundo Campos Coelho (1976), José Murilo de Carvalho (2005), Celso Castro (1995 e 2002) e das análises realizadas em meu Doutorado (2004).

Este programa foi elaborado pelo Comando do Corpo de Cadetes, aprovado pelo Comando da AFA em 2009 e é praticado desde 2010. Tem como finalidade orientar uma série de atividades junto aos cadetes durante os quatro anos de formação recebida na AFA para apreensão de valores que são descritos como típicos e essenciais ao desempenho profissional militar (indiretamente levando os discentes a crer que as outras profissões não têm as mesmas obrigações ou sequer as possuem).

O programa é dividido por atividades mensais, elencando os ditos “valores” a serem implantados a cada mês pelo programa, por meio de reuniões, apresentação de uma frase síntese (ou *slogan*) presentes na área de trabalho dos computadores de cada sala de aula e repetidos a cada pernoite ou orientação dirigida, para que, dessa maneira, o doutrinamento realizado surta um efeito pela repetição dos preceitos a serem apreendidos (BRASIL, 2009: 07).

Em uma das apostilas elaboradas mensalmente pelo programa apresenta, para formar o valor “Patriotismo”, alguns *slogans*, tais como: “A Pátria é a família amplificada (Rui Barbosa)”; “O amor à Pátria é a primeira religião do homem civilizado (Napoleão Bonaparte)”. No conteúdo dessa apostila apresenta um histórico de ilustres personalidades, vinculadas à História da Força Aérea e do Brasil, tais como Nero Moura, Casimiro Montenegro Filho e Santos Dumont, a participação “heroica” do Brasil na Segunda Guerra Mundial. No final do caderno é proposta uma atividade chamada “Teste Seu Patriotismo”, como auto-avaliação, com frases vinculadas ao sentimento patriótico a ser transmitido. A primeira das questões propostas é: “Entendo que, ‘depois de Deus, são também princípios de nosso ser e governo, os pais, já que eles nos criaram, e a pátria, posto que nela nos criamos’. (*Estas palavras de Sto. Tomás podem nos chamam a atenção sobre a importância do patriotismo, já que não é uma virtude em moda*). (BRASIL, 2010: s. p. – realces e parênteses do documento)”. Os conceitos são apresentados de maneira acrítica, como verdades absolutas, sem problematizações e muito menos contextualização das assertivas e de seus autores.

No final do ano de 2010 foi inaugurada uma placa no pátio do Corpo de Cadetes da AFA, em Pirassununga-SP, reunindo os valores que são transmitidos e considerados intrínsecos à profissão militar, conforme imagem abaixo:



Fonte da autora, capturada por câmera fotográfica em 10/03/2011.

Assim observamos que esses preceitos e a maneira de se compreender o poder militar apresentam-se idealizadas, são transmitidas aos cadetes da AFA como verdades inquestionáveis e, na reprodução quase exaustiva destes discursos nas orientações doutrinárias e nas cobranças comportamentais no interior da Academia acabam por fazer estes jovens acreditarem, ainda mais diante dos escândalos recorrentes do poder público e dos líderes políticos nacionais, que os militares seriam, até os dias de hoje os elementos nacionais mais bem preparados para, como dizem os cadetes em discurso informal, “colocar o Brasil nos eixos”.

Aqui cheguei ao cerne de minha reflexão diante desta realidade vivenciada por mim como educadora em História Militar na AFA e que, até mesmo por causa do conteúdo ministrado, estou sempre mais atenta e recebo mais reporte dos cadetes com relação a esta doutrinação: é urgente que, assim como Adorno coloca de maneira clara a necessidade de se educar para evitar a barbárie de Auschwitz, fenômeno tratado enquanto símbolo de todas as atrocidades cometidas em nome das ideologias totalitárias, também as políticas públicas vinculadas ao sistema de defesa nacional

orientem a educação de seus militares, braço armado do Estado e elementos humanos dessas instituições que executarão as missões de defesa e segurança brasileiras, para que se impeça um discurso doutrinário autoritário e o condicionamento a uma prática intervencionista, para dirimir a concepção de militar enquanto um profissional “excepcional”⁶, mas sim um profissional importante e partícipe da sociedade brasileira, não acima, nem abaixo, nem fora, nem além desta sociedade, e que não são, de maneira alguma, pelo simples fato de ostentarem a farda e de serem treinados no ambiente de caserna se tornem profissionais com maior valor moral e cívico em comparação a todas as outras profissões que compõem a sociedade brasileira.

Para tanto, um dos aspectos que mais defendo para mudar o eixo educacional castrense brasileiro – e o de formação da liderança militar da Aeronáutica brasileira, onde atuo como docente – é o de que a educação deve ser anti-autoritária, deve transmitir valores intrínsecos ao desempenho profissional como servidor do Estado, deve transmitir um conhecimento mais calcado na ciência e na tecnologia, com circunstâncias de aprendizado autônomo e crítico ao invés de doutrinário e, sim, deve rechaçar toda e qualquer compreensão de que qualquer grupo, entidade ou instituição tenha o direito de exercer pela força um regime de exceção – o aprendizado pela legalidade das instituições e práticas democráticas.

Como afirma ADORNO no que diz respeito à educação após Auschwitz e, para efeito em minha reflexão, a educação aos militares após a ditadura deve encaminhar, “ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes (2003: 123)”. Educar para esclarecer, para compreender os processos, os motivos que levaram aos acontecimentos e às razões que os tornam condenáveis. É preciso, com urgência, tratar a conduta dos militares no Brasil, a exemplo da tomada e do exercício de governo entre 1964 e 1985, de maneira clara, direta, resgatando o conhecimento da História, realizando o que podemos chamar de catarse nacional diante de um período que é polêmico, pois atores não militares também promoveram o horror ou deram justificativas ao recrudescimento do Regime, mencionamos aqui o desempenho de guerrilheiros e terroristas que buscaram derrubar

⁶ Na apresentação da apostila do valor “Patriotismo” afirma-se que o “militar é homem excepcional porque alia a uma cultura especializada, uma educação e cívica ‘sui generis’ (ibid.: s. p.)”.

os militares do poder e instituir no Brasil um regime comunista de também imposta e golpista, portanto, antidemocrática, enfim, aprender, refletir a respeito, conhecer melhor, lançar luz aos acontecimentos para que se constitua uma educação aos militares ciosos de seu papel institucional, necessários ao bem-estar e à defesa da nação, mesmo que não em guerra, pois não é a prática da guerra que legitima a existência do poder militar no Brasil, e integrantes da sociedade que defenderão quando necessário, compreendendo seu papel institucional, sua importância e a dos outros elementos sociais: “O único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria autonomia, para usar a expressão kantiana; o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não-participação [do horror, do regime de exceção]”. (Ibid.: 125).

E as práticas educativas, que são denominadas “orientações doutrinárias” na AFA, devem sofrer uma transformação profunda em seus fundamentos conceituais, seus objetivos educacionais, no discurso proferido e no ensino. O fundamento autoritário educa para o autoritarismo. É senso comum dentre os cadetes proferir a frase “estamos aqui para defender a democracia e não para praticá-la”. Como defender um conceito, um sistema político, se não se domina, compreende e não se pratica em seu treinamento seus pressupostos? Mais um paradoxo que deve ser suprimido.

Não estou neste artigo defendendo o fim da organização hierarquizada do poder militar brasileiro, mesmo porque para tanto devemos nos debruçar em transformações profundas para a mudança de um pensamento tão arraigado nos alicerces das instituições militares. E em muitos aspectos a disciplina empregada na Academia possibilita uma otimização do trabalho pedagógico, pois o ambiente é mais organizado e previsto do que comumente encontramos nos bancos escolares das instituições de ensino superior civil.

No entanto, o que temos em sua grande maioria é um universo que prega a meritocracia como elemento de autoridade, mas que, na prática cotidiana é o autoritarismo e a coerção que impõe aos mais modernos os comportamentos esperados. Não há conscientização de que todas as ordens e imposições determinadas tenham necessariamente um sentido para o funcionamento da Academia: não raro, percebemos abusos de autoridade e a forte prática do personalismo, do qual, dependendo de quem dá a ordem, o encaminhamento da tarefa pode ser mais ou menos coercitivo. O personalismo deve se extinguir do poder público, pois não é característica exclusiva do

universo castrense, mas é extremamente presente e contamina as relações interpessoais ao ponto de os próprios cadetes afirmarem assumir determinadas posturas na presença dos mais antigos por coerção e medo, mas quando estes viram as costas, os primeiros retomam o comportamento anterior. Por isso a educação deve ser consciente, deve ter sentido, a autoridade deve ser alicerçada pela lógica e pelo esclarecimento, não pela coerção: “Tanto é necessário tornar consciente esse mecanismo quanto se impõe a promoção e uma educação que não premia a dor e a capacidade de suportá-la.” (Ibid.: 129) ⁷.

3. Considerações Finais

Como docente em uma instituição militar de formação de oficiais e como pesquisadora em ensino de História Militar e educação castrense, minha preocupação em trazer à reflexão as circunstâncias aqui descritas estão enredadas em todo sentido denotado ao exercício de minha profissão.

Os aspectos críticos e contundentes que aqui defendo são fruto da experiência docente geral de vinte e sete anos, dos quais quinze deles foram dedicados exclusivamente à Academia da Força Aérea. Tenho consciência de que, ao abordar estes assuntos em fórum acadêmico proporciono certo desconforto ao meio onde atuo profissionalmente, até mesmo por causa da cultura própria brasileira de não aceitar com isenção as críticas e muito menos no meio castrense, que é educado a acreditar na uniformidade e harmonização das idéias, aspecto mascarado da realidade, pois as instituições militares são organizações criadas e administradas por humanos; por isso mesmo passíveis de análise, crítica e transformações caso se constate a necessidade em atender ao bem social e aos interesses do Estado.

Entretanto, justamente pela minha grande vinculação e comprometimento profissional e por constatar claramente que, mesmo não ostentando armas ou vestindo farda sou integrante do sistema de defesa nacional pela minha atuação como docente em

⁷ Os preceitos da educação militar enquanto atitudes de dor, coerção, teste de limites e impressão de comportamentos uniformes e previsíveis são amplamente estudados nas obras de Janowitz (1967), Foucault (2000), Goffmann (1999) e Castro (1990). Também podemos mencionar a obra de Freud para analisar os fundamentos civilizatórios de coerção, controle e sublimação em “O mal-estar da civilização” (1997 [1931]).

uma Escola de formação de oficiais militares brasileiros, tenho convicção de que os problemas das instituições castrenses brasileiras são tema para todos os brasileiros e que devem ser discutidos por pesquisadores especializados no tema. Trazê-los à tona para além dos limites das instituições militares é uma maneira de buscar o melhor para essas instituições.

Defender o fim do autoritarismo, dar uma educação com maior sentido e mais esclarecedora, elevar e atualizar a cultura dos futuros líderes da Força Aérea Brasileira e buscar uma reflexão acerca da necessidade premente em se transformar, atualizar e modernizar a educação para, inclusive, por em prática os preceitos definidos nos documentos do sistema de defesa nacional são para mim dever de ofício e legitimação do meu desempenho profissional e como pesquisadora nesta área. Precisamos tratar os temas militares, desde seu treinamento, doutrinação, instrução e educação, com maior clareza, participação e compromisso político para possibilitar uma formação cada vez melhor de profissionais, mais valorizados e satisfeitos no desempenho de sua profissão, integrantes da sociedade que juram defender até mesmo dando seu tributo de sangue e, o mais importante, conscientes de que seu papel não é o de promover ações intervencionistas e autoritárias no exercício do governo. É o de defender as instituições militares e o de praticar a democracia como preceito, sistema de governo e ainda como o melhor meio de organização política e social existente e constituído pela civilização humana.

A barbárie é anti-civilizatória. A guerra promoveu grandes impérios e impôs diversas condutas da civilização por meio da barbárie. Mas já estamos há milênios delas e atualmente existe a consciência de que devemos evitar a violência em nome da manutenção civilista; de que o melhor meio de defender o bem-estar comum é evitar a qualquer custo a guerra. Aos profissionais militares responsáveis profissionalmente em promover a paz, sua formação deve ser segura, consciente, democrática, legalista e eficiente.

4. Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3ª ed.. S. Paulo: Paz e Terra, 2003, pág. 119-138.

BASTOS Filho, Jayme de Araujo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Brasília-DF: SENAI, 1983.

BRASIL. **Doutrina Aeroespacial da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1)**. Brasília-DF: COMAer, 2005).

_____. **Lei de Ensino da Aeronáutica**. Brasília-DF: DEPENS, 2009.

_____. **Programa de Formação de Valores do Comando do Corpo de Cadetes da Aeronáutica**. Portaria 153 / CMDO AFA. Pirassununga-SP: CCAer/AFA, 2009.

_____. **Apostila da Seção de Doutrina – Patriotismo**. Pirassununga-SP: CCAer/AFA, 2010.

CARVALHO, José Murillo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. R. Janeiro: Zahar Editor, 2006.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**. Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. **Os Militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002 (Descobrimos o Brasil).

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade**: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade**: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir** – Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramallete. 22ª ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2000.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**. Trad. José Octávio de A. Abreu. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997 [1931].

GOFFMANN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 6ª edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. (Coleção Debates)

JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional** – Estudo Social e Político. Trad. Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

LAVENÉRE-WANDERLEY, Nelson F.. **História da Força Aérea Brasileira**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **A Formação do Oficial Brasileiro e a Transição Democrática**. Orientação de José Camilo dos Santos Filho. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas-SP: 1992.

OLIVEIRA, Tania R. P. de G. T. de. **O Estudo da Guerra e a Liderança Militar Brasileira (1996-2004)**. Orientação de Amarílio Ferreira Junior e Antonio Carlos W. Ludwig. Tese de Doutorado. São Carlos-SP: UFSCar, 2004.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo, WINDT, Márcia Cristina Vaz dos e CÉSPERES, Livia (colabs.). **Vade Mecum Saraiva**. São Paulo: Saraiva, 2006.

VANDRÉ, Geraldo. **Prá Não Dizer Que Não Falei das Flores**. 1968.